



MODOS DE GESTÃO PARA A DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA EM REGIÕES PRODUTORAS DE TABACO

Oscar José Rover¹
Sérgio Luís Boeira²
Renê Birochi³
Tânea Mara Follmann⁴

Resumo

As propostas de diversificação da fumicultura no Brasil são organizadas sem prever a substituição do tabaco por outras atividades. Há um discurso que defende modos sustentáveis de produção agrícola, mas os documentos evidenciam a manutenção do tabaco no centro das propostas de diversificação. O artigo relaciona dinâmicas de diversificação da produção de tabaco com características de estruturas organizacionais e seus modos de gestão. Além de uma análise teórica, utiliza-se de um estudo de caso que comparou a cultura do fumo com a olericultura, em termos de renda, motivações dos agricultores e capacidade de sustentação econômica e ambiental. Conclui-se que para a diversificação das áreas de produção de tabaco ser efetiva necessita

Recebimento: 8/6/2016 • Aceite: 15/12/2016

¹ Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: oscar.rover@gmail.com.

² Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração e do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: sbsergio762@gmail.com.

³ Doutor em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Professor do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: renebirochi@gmail.com.

⁴ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: tanea_mara@hotmail.com.

de uma abordagem de gestão socioambiental/territorial, que desloque a diversificação de um perfil instrumental empresarial ou estatal, para um modo instrumental/substantivo, valorizando a multifuncionalidade agrícola.

Palavras-chave: Fumicultura; Agricultura Familiar; Agroecologia; Desenvolvimento Rural; Multifuncionalidade

MANAGEMENT MODES FOR PRODUCTIVE DIVERSIFICATION IN TOBACCO PRODUCING REGIONS

Abstract

The proposals for the diversification of tobacco farming in Brazil are organized without a prediction of the replacement of tobacco for other activities. There is a discourse that defends sustainable modes of agricultural production, but documents and practices show tobacco maintenance at the center of diversification proposals. The article relates the dynamics of tobacco production diversification with organizational structures characteristics and their management methods, linking them with the agricultural multifunctionality approach. Besides a theoretical analysis, it uses a case study comparing the tobacco culture with horticulture in terms of income, farmers' motivations and economic and environmental sustainability capacity. The conclusion is that an effective diversification of tobacco production areas requires a social-environmental/territorial management approach that values the social and territorial functions of agriculture, shifting its management from a business/state instrumental profile to another instrumental/substantive one.

Keywords: Tobacco production. Family farming; Agroecology; Rural development; Multifunctionality

Introdução

O artigo analisa modalidades de diversificação da produção de tabaco e aspectos a elas relacionados, identificando-as com diferentes características de estruturas organizacionais e seus respectivos modos de gestão. Essa abordagem visa aprofundar o debate sobre a pertinência da noção de diversificação no contexto da produção do tabaco, já que essa se refere a uma atividade causadora de danos à saúde dos consumidores e produtores, apesar de significar importante fonte de renda a agricultores e às respectivas regiões de produção.

No caso brasileiro, identificam-se três caminhos para estímulo à diversificação produtiva das áreas de produção de tabaco: a) com restrição do fumo e presença concomitante de outras atividades; b) que propõem sua substituição completa; c) que estimulam a ampliação da atividade. Esses caminhos estão ligados a diferentes modos de gestão: de um lado, um mais substantivo e isonômico, preocupado com o modo de vida do agricultor familiar, de outro, um mais estratégico vinculado aos interesses das empresas fumageiras. A ação pública promovida nos territórios, com presença expressiva do tabaco, tem se mostrado de incentivo ao avanço da atividade, visando à diversificação das áreas produtivas sem efetivo impacto sobre a atividade em si, ou seja, sem efetivamente reduzir a sua produção. Entretanto, em algumas situações de apoio público para a diversificação, ocorrem processos de estímulo à substituição do tabaco por atividades que diversificam a renda e a base de produção, promovendo o engajamento dos agricultores em outras redes sociais. Nesses casos, são encontradas evidências de práticas que não se limitam a aspectos econômico-mercantis (mercadocentrismo), geralmente desenraizados dos contextos sociais da produção. Compreender e valorizar práticas de enraizamento socioeconômico, presentes nas atividades de diversificação da produção do tabaco, pode representar alternativa para avaliar os resultados e o sucesso efetivo dessas iniciativas. Em outras palavras, as análises sobre a diversificação deveriam considerar não somente os resultados econômicos das unidades de produção (UPs), mas incluir as práticas caracterizadas pelos modos de vida dos agricultores, entrelaçadas nas atividades produtivas que realizam, tais como: aquelas que visam à reprodução socioeconômica das famílias rurais, que promovem a segurança alimentar e a manutenção do tecido social e cultural, visando também à preservação de recursos naturais e da paisagem rural. Todas essas práticas são convergentes com o referencial teórico proposto pela multifuncionalidade agrícola, assim como são coerentes com certos modos de gestão caracterizados como

isonômicos e/ou fenonômicos, próprios da racionalidade instrumental/substantiva. Nesse sentido, a abordagem teórica proposta neste artigo resulta da articulação de diferentes referenciais com a finalidade de propor caminhos alternativos para se analisar as práticas de diversificação do tabaco na agricultura familiar. O artigo apresenta e analisa um caso em que isto vem ocorrendo, permitindo evidenciar que as ações de diversificação ou substituição do tabaco poderiam ter mais sucesso se adotassem um modo de gestão instrumental/substantivo, assim como se considerassem a multifuncionalidade agrícola como abordagem de ação.

O artigo está composto, além desta introdução, por uma discussão teórica sobre modos de gestão e possibilidades de diversificação de áreas de produção de tabaco, ponderadas com a abordagem da multifuncionalidade agrícola. Na sequência, apresenta alguns elementos sobre o território onde está o caso estudado e uma descrição da metodologia usada para o seu estudo, seguida dos resultados deste estudo, os quais são analisados com base nas referências e categorias anteriores. As conclusões, ao final, reforçam a ligação entre uma racionalidade substantiva, o modo de gestão socioambiental/territorial e a valorização da multifuncionalidade para uma diversificação que valorize os territórios rurais e a autonomia dos agricultores.

Tabaco: especialização, modos de gestão e diversificação

Desde 1914, quando a British American Tobacco (BAT) assumiu o controle da empresa iniciada por Albino Souza Cruz, transformando-a em sociedade anônima, o horizonte das relações com os agricultores brasileiros passou por mudanças drásticas. A partir de 1918, a empresa Souza Cruz contratou técnicos estrangeiros para fazer análises dos solos brasileiros e estudar as condições de expansão da produção no sul do país. Tal medida representou o início do chamado sistema integrado de produção de fumo, o qual significou uma transformação das formas de organização e gestão da produção de tabaco.⁵

A integração à sociedade anônima representou o início de um controle mais efetivo da indústria sobre as formas produtivas e organizacionais familiares, com crescente burocratização, exigências

⁵ Na constituição inicial do sistema integrado, agricultores líderes foram convertidos em instrutores contratados para visitar seus vizinhos e convencê-los a adotar o sistema, com a construção de estufas para plantar o fumo Virgínia, sob orientação da empresa (BOEIRA, 2002).

de escala, tecnocratismo e gestão estratégica. A articulação desses aspectos organizacionais e modos de gestão é reconhecidamente complexa, combinando concorrência, antagonismo e complementaridade no sistema de integração empresas-agricultores, envolvendo especificidades territoriais e culturais (RIBEIRO; MILANI, 2009).

Estruturas organizacionais e modos de gestão

No quadro 1, apresentamos uma síntese, na forma de tipos ideais (recurso heurístico weberiano), de diferentes características de estruturas organizacionais e seus respectivos modos de gestão, os quais ilustram a reflexão proposta para o caso do tabaco. Ele mostra uma articulação sintética das análises de Enriquez (2007) e Guerreiro Ramos (1981) para as estruturas ou formas organizacionais propostas. Os tipos tecnocrático e estratégico são desdobramentos históricos do modo burocrático, pois priorizam a racionalidade instrumental. Assim, as grandes empresas e o Estado fazem uso desses últimos para obter adaptação a um ambiente mais instável, especialmente a partir de meados do século XX, mantendo formas verticais de relacionamento com os cidadãos (na condição de consumidores, usuários, contribuintes, etc). Há uma tensão entre os tipos burocrático/econômico, tecnocrático e estratégico (todos regidos pela racionalidade instrumental) com os tipos de gestão que destacam aspectos isonômicos, participativos, socioambientais/territoriais, caracterizados pela presença da racionalidade substantiva, ainda que tal tensão não pressuponha dicotomia ou maniqueísmo.

Quadro 1: Tipos ideais de estrutura organizacional e modos de gestão

Tipos Ideais	Estrutura Organizacional	Modos de Gestão
Burocrático / econômico	Metáfora da máquina; todos têm funções precisas, formais, impessoais. Racional-legal. Homem organizacional, racionalidade instrumental.	Preza a competência técnica. O gestor funciona como um rolamento da máquina de regras e procedimentos formais, legais.
Tecnocrático	É especializada, combinando descentralização e centralização; adapta-se a um mundo instável. O futuro é planejado por tecnocratas a partir da tecnociência.	Tecnocrata procede por sedução, por conselho. Responsabilidades são delegadas, usando-se técnicas de relações humanas.
Estratégico	Diversas estruturas se apresentam como estratégicas (pequenas, grandes, em rede, etc). Acionistas são os chefes por trás dos gerentes. Todos devem tornar-se estrategistas em um mundo competitivo.	Aperfeiçoa-se o modo tecnocrata de gestão. Busca-se formar equipes coesas, conhecer as motivações, mesmo inconscientes, de cada um. Busca-se formar uma “família” com “paixão pela excelência”.
Socioambiental / Territorial (Isonômico / Fenonômico)	Mais presente em organizações de caráter social e político, visa ao formato horizontal, convivial e/ou democrático, enraizado geográfica e culturalmente. Todos almejam ser atores, se engajam como sujeitos da organização, em estrutura reticular. Fenonomia ⁶ e isonomia podem apresentar formas híbridas.	Valorização das relações humanas, menos mediadas por técnicas e burocracia que nas formas anteriores. Preza-se a lealdade e a confiança. Gestor ocupa-se com a formação e o aperfeiçoamento de cada um. É capaz de fazer autocrítica, compartilhar decisões, em busca de uma organização em forma de comunidade. Potencial emergência da racionalidade substantiva (ética e dialógica).

Fonte: elaboração própria, a partir de Enriquez (2007) e Guerreiro Ramos (1981).

O objetivo do quadro 1 é evidenciar o tipo ideal aqui denominado socioambiental/territorial, em suas diferenças com outros tipos identificados como hegemônicos na contemporaneidade. O tipo ideal socioambiental/territorial é caracterizado também como isonômico/fenonômico, concebidos por Guerreiro Ramos como enclaves sociais, que tendem a ser dominados (obscurecidos ideologicamente) pelo tipo ideal burocrático/econômico nas sociedades mercadocêntricas. Essas, por sua vez, estariam fundamentadas no

⁶ Fenonomia é um sistema social no qual indivíduos e pequenos grupos teriam um máximo de opção pessoal, com menor subordinação a prescrições operacionais formais. Sua direção é dada por algum indivíduo ou pequeno grupo e seu funcionamento é menos estável que um sistema estratégico.

predomínio da racionalidade instrumental ou racional-legal sobre a racionalidade substantiva. Guerreiro Ramos elabora o que denomina paradigma paraeconômico, no qual se destacam os enclaves econômico (burocrático), fenonômico e isonômico. O paradigma paraeconômico, com sua respectiva teoria da delimitação dos sistemas sociais, concebe formas mistas ou híbridas entre fenonomia e isonomia, o que não ocorre entre essas e o enclave ou tipo ideal burocrático/econômico. Na relação entre burocracia e fenonomia/isonomia, o que predomina é uma convivência tensa, marcada por suas diferenças e antagonismos – o que é sintetizado pela tensão e ambivalência entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva (GUERREIRO RAMOS, 1981).⁷

Substituição de cultivos e diversificação sustentável

Com a pressão da sociedade civil internacional em favor de alternativas à fumicultura, após o tratado internacional de controle do tabaco, o governo brasileiro criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas. Nesse programa, há uma série de ações e apoios favoráveis à diversificação de atividades produtivas, porém preservando a idéia de diversificação, sem apontar para uma substituição da produção de tabaco. A defesa de uma "diversificação sustentável" é contraposta, de forma confusa, a outra visão de "substituição de cultivos", sem definir com clareza o que seria esta última, porém em ambos os casos prevendo a manutenção da produção do tabaco (quadro 2). Essa distinção nos parece também contraditória porque aponta como sustentável a manutenção da fumicultura, quando na proposta de diversificação não indica a substituição do tabaco como um dos caminhos factíveis.

⁷ França Filho (2010) reconhece a atualidade e pertinência do paradigma paraeconômico proposto por Guerreiro Ramos para tratar da temática da economia solidária.

Quadro 2: Diferenças entre substituição de cultivos e diversificação sustentável

Substituição de cultivos	Diversificação Sustentável
1. Reduz a dependência da indústria; 2. Busca aumentar rendas agrícolas; 3. Preconiza intensificação no uso de recursos (terra, água, trabalho) na produção; 4. Mantém a base tecnológica assentada sobre o uso de agroquímicos; 5. Contribui para reduzir a fertilidade solos e da biodiversidade; 6. Privilegia economias de escala e crescimento setorial; 7. Traz risco à saúde (doenças) e ao trabalho dos produtores; 8. Atende aos objetivos da indústria: manter produção e oferta tabaco.	1. Maior potencial de gerar autonomia; 2. Diversifica as rendas agrícola e não agrícolas; 3. Menor intensidade no uso de recursos produtivos; 4. Base para a transição à produção orgânica e agroecológica; 5. Recupera fertilidade e preserva biodiversidade; 6. Gera externalidades positivas sobre a economia; 7. Mais comprometida com qualidade de vida; 8. Atende aos objetivos da saúde pública: reduzir oferta.

Fonte: Gregolin (2010, p. 8) apresenta em documento do MDA esse quadro publicado previamente por Schneider; Perondi; Gregolin (2009).

Em documento oficial mais recente, distinguem-se “níveis de diversificação”, que podem ir de **nenhuma**, quando a receita agrícola com fumo representa 100% da receita total, passando por **muito baixa**, **baixa**, **média**, até ser considerada **boa** (BONATO, 2013, p. 73). É interessante perceber que o documento se refere a níveis de diversificação e começa com o nível **zero**, o que nos parece contraditório. Redin (2013a; REDIN, 2013b), com base em pesquisas na Região Serrana Central do Rio Grande do Sul, constata que a ausência de diversificação é muito rara entre fumicultores. Pelo contrário, o que existe é uma diversidade agrícola

expressiva, congregando inúmeras culturas como a soja, milho, trigo, feijão, atividade pecuária (corte e leite). Anota-se também a produção hortifrutigranjeira, a olericultura, suinocultura, avicultura, piscicultura, a presença de agroindústrias familiares rurais e o cultivo de produtos voltados para o autoconsumo familiar (REDIN, 2013b, p. 26).

Os níveis mais elevados de diversificação propostos por Bonato (2013), de **média** (o fumo pode representar até 90% da receita total da

UP) e **boa** diversificação (o fumo pode representar até 74% da receita total da UP), articulam-se perfeitamente aos interesses empresariais à modalidade de tipo instrumental, em que o fumo não é substituído, mas mantém-se como produto central da receita das famílias fumicultoras. Bonato (2013) acrescenta que praticamente 70% das famílias produtoras de fumo dependem fortemente da renda dessa atividade e não têm uma estratégia de diversificação. Entretanto, não considerar uma diversificação produtiva que exclua o fumo, definir que numa diversificação boa o fumo pode representar até 74% da receita total da UP e avaliar as possibilidades de diversificação, apenas a partir da receita econômica, são elementos que evidenciam que o governo não possui uma estratégia de diversificação que dê lugar central aos agricultores.

Redin, por sua vez, distingue entre dois tipos de diversificação, uma para o autoconsumo e outra para a comercialização. Em ambos os casos, porém, a diversificação é pensada com a manutenção da fumicultura (REDIN, 2012), sendo compatíveis com as duas modalidades de diversificação consideradas instrumentais, conforme veremos no quadro 3.

Nesse contexto de contradições e limitações conceituais, parece-nos mais consistente a abordagem de Vargas (2013, p. 126-7), que ressalta a necessidade de distinguir entre modelos de agricultura “pautados pelo produtivismo e pela inovação tecnológica do mercado e modelos que enfatizam a autonomia relativa do pequeno agricultor no uso sustentável de recursos locais, com diversificação da produção”. O autor propõe distinguir entre “a dimensão territorial da atividade rural (multifuncionalidade da agricultura) e o caráter setorial atribuído ao termo”.

Multifuncionalidade Agrícola

A multifuncionalidade agrícola⁸ está vinculada à expectativa de valorização da agricultura para além de seus aspectos econômicos, uma vez que articula as múltiplas funções da agricultura familiar, valorizando as suas contribuições não produtivas para o território onde está situada.

De acordo com Wanderley (2003), o tema merece atenção especial, principalmente porque a agricultura familiar, em especial por influência do PRONAF, também é vista muitas vezes como um

⁸ Com respeito ao estado da arte dos estudos sobre a multifuncionalidade em âmbito internacional, ver o trabalho organizado por Huylebroeck et al. (2007).

setor apenas econômico. Embora o conceito de agricultura familiar englobe todos aqueles que associam a família à propriedade, ao trabalho e à gestão direta do empreendimento, só são considerados efetivamente agricultores familiares (e, portanto, passíveis de serem beneficiários pelo PRONAF) aqueles que comprovem viabilidade econômica. O modelo de agricultor forjado pelo conceito de agricultura familiar do PRONAF valoriza as capacidades econômicas e mercantis, uma vez que visa a sua inserção no mercado por meio do uso de tecnologias modernas, pelo nível de renda auferida advinda da atividade agropecuária e pelo nível de produção. Sugere-se usualmente, dessa forma, que o agricultor ideal é o agricultor monoativo, ou seja, um trabalhador especializado no desenvolvimento de uma única e principal atividade econômica dentro de sua propriedade (WANDERLEY, 2003). Contudo, sabemos que a atuação dos agricultores não se resume às atividades agrícolas e que esse modelo de agricultura familiar preconizado pelo PRONAF não abarca a variedade de agricultores familiares brasileiros. Por esse motivo, segundo Maluf (2003), o referencial teórico proposto pela multifuncionalidade agrícola possibilita que se reatualize a importância dos espaços rurais e da agricultura, de forma especial a familiar.

A noção de multifuncionalidade representa uma abordagem em que os estabelecimentos agrícolas e, portanto, os agricultores/as organizam suas estratégias de manutenção e reprodução social desempenhando outras funções que não exclusivamente produtivas e mercantis, rompendo, assim, com o enfoque economicista da agricultura. Nesse sentido, “mais que focalizar a atividade agrícola, entendida pura e simplesmente como um setor econômico, o que se privilegia é a própria família de agricultores, em suas complexas relações com a natureza e a sociedade que moldam as formas particulares de produção e de vida social” (WANDERLEY, 2003, p. 9). A ênfase nas famílias e suas funções exercidas no território rural permite que se coloque em debate várias facetas e potencialidades do rural brasileiro, tais como: as referências ocupacionais do território; as particularidades do modo de vida dessa população; a dinâmica da relação campo-cidade; a conservação da paisagem rural e preservação do meio ambiente; a manutenção do tecido social e cultural; a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar; e as oportunidades de geração de renda por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas. Essas são algumas das possíveis contribuições do enfoque da multifuncionalidade agrícola relativamente aos territórios rurais, considerados como espaços concomitantes de vida e trabalho.

Em paralelo a isso, a multifuncionalidade constitui-se como uma importante abordagem para tratar do tema da diversificação das áreas de produção de tabaco, pois permite lançar luzes para além dos aspectos estritamente econômicos e mercantis relacionados à esfera do trabalho. Levando-se em consideração o modo de vida das famílias rurais, a noção de multifuncionalidade está associada a quatro funções do exercício da atividade agrícola, definidas por Cazella et al. (2009):

a) Reprodução socioeconômica das famílias: trata dos aspectos relacionados à geração de trabalho e renda, das práticas de sociabilidade, da condição de permanência no campo, das condições de instalação dos jovens e das questões relativas à sucessão da propriedade. Incluem-se, também, a pluriatividade agrícola e as atividades não reconhecidas em torno do conceito de trabalho produtivo, tais como as atividades domésticas e de cuidado (HERRERA, 2015).

b) Promoção da segurança alimentar: relaciona-se à produção para o autoconsumo das famílias e o acesso aos alimentos; incluem-se as opções técnico-produtivas dos agricultores e os canais principais de comercialização da produção.

c) Manutenção do tecido social e cultural: além da importância da reprodução socioeconômica já citada anteriormente. Essa função refere-se à preservação e ao melhoramento das condições de vida das comunidades rurais, levando em conta os processos de elaboração e legitimação de identidades sociais e de promoção da sociabilidade das famílias e das comunidades rurais.

d) Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural: essa função tem como referência o uso sustentável dos recursos naturais por parte da agricultura familiar, as relações entre as atividades econômicas e a paisagem, e a preservação da sociobiodiversidade.

A noção de multifuncionalidade da agricultura representa uma contraposição ao paradigma que esteve na base da modernização da agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003), pautado por uma racionalidade e modo de gestão instrumentais. O referencial teórico proposto pelas quatro funções da multifuncionalidade é congruente com as abordagens teóricas anteriormente apresentadas nesta seção, principalmente em relação ao tipo ideal “socioambiental/territorial”, presente nas estruturas organizacionais caracterizadas como isonômicas e/ou fenonômicas.

Modalidades de Diversificação

Nesse contexto teórico-epistemológico é que se poderia conceber a introdução de diferentes modalidades de diversificação produtiva em territórios onde predomina a fumicultura, visando à transição para modos de vida sustentáveis (*sustainable livelihoods*).⁹ A partir dali propomos três modalidades de diversificação para contextos de produção agrícola fumageira, indicando alguns aspectos a elas associados (quadro 3).

Quadro 3: Modalidades de diversificação, modos de gestão, atores principais e resultados prováveis

Modalidades de diversificação	Modos de gestão e principais atores	Resultados prováveis
Instrumental / empresarial	Burocrático/econômico, tecnocrático e estratégico. Indústria fumageira, Estado e famílias fumicultoras.	Continuidade e possível expansão da fumicultura como cultura dominante.
Instrumental / estatal	Burocrático/econômico, tecnocrático e estratégico. Indústria fumageira, Estado e famílias fumicultoras.	Continuidade e possível expansão da fumicultura como cultura dominante, embora possa haver também crescente autonomia de famílias fumicultoras em relação a empresas e dependência maior em relação a programas governamentais.
Instrumental / substantivo	Burocrático/econômico, tecnocrático, estratégico e socioambiental/territorial. Estado, famílias fumicultoras, redes de agroecologia (Organizações sociais, ONGs ecológicas) e grupos de pesquisa (universidades)	Transição da fumicultura para cultivos e modos de vida sustentáveis, com articulação entre diferentes formas de economia (redistributiva, mercantil, reciprocidade). Valorização dos aspectos multifuncionais da agricultura.

Fonte: elaboração própria

⁹ A literatura sobre o tema do desenvolvimento tem traduzido o conceito de *sustainable livelihoods* como “meios de vida” e também como “modos de vida”. Optamos neste artigo por utilizar a expressão “modos de vida” na sua acepção como “capacidades, atividades e recursos” (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento de uma família em sua UP (VARGAS, 2013).

As duas primeiras modalidades são caracterizadas pela predominância da racionalidade instrumental, mas com iniciativa empresarial na primeira e estatal na segunda. Como se constata na estratégia da Souza Cruz, desde 1993, a empresa incentiva e orienta fumicultores a pensar como empresários, a fazer uso racional de toda sua propriedade, tendo o fumo como cultura anual de alta produtividade, complementada pela produção de subsistência. Esse tipo de orientação empresarial tem apoio do Estado, com a justificativa de evitar o êxodo rural. Programas governamentais como o PRONAF têm sido aproveitados por fumicultores, sob o incentivo e orientação das empresas, reforçando a fumicultura e a gestão empresarial das unidades produtivas (BOEIRA, 2002). Esse é o ideal pretendido pela indústria com o sistema integrado de produção de fumo. A terceira modalidade é em grande medida um desafio, mas já encontra sinais de sua viabilidade, conforme iremos apresentar adiante, no estudo de caso realizado na microrregião de Tijucas/SC.

No amplo estudo de Vargas (2013, p. 15; VARGAS, 2009), na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, constata-se que a “renda líquida advinda de culturas alternativas ao fumo pode ser superior àquela obtida por fumicultores”, mas o autor acentua que “qualquer iniciativa específica de diversificação deve ser inserida em programas amplos de desenvolvimento rural, particularmente nas regiões/municípios que têm alta dependência em relação ao fumo”. Tal perspectiva se coaduna com uma transição da fumicultura para cultivos e modos de vida sustentáveis, com articulação entre diferentes formas de economia (redistributiva, mercantil e de reciprocidade), além de valorizar os aspectos multifuncionais da agricultura. Ela também é compatível com o que é proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em documento intitulado “Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário” (MDA, 2014), o qual é resultado de ampla discussão nacional sobre alternativas e propostas de desenvolvimento rural.

Contexto empírico e metodologia do estudo de caso

A microrregião estudada, conhecida como Vale do Rio Tijucas, faz parte do Litoral Catarinense e foi escolhida porque tem sua economia marcada pela presença do tabaco. O fumo está ali desde o movimento colonizador de meados do século XIX, sendo que à época era produzido para ser transformado em fumo de corda ou rapé, com sistemas produtivos muito diversos do atual (PIAZZA, 1982). Atualmente, o tabaco é produzido na região com base na mão de obra

familiar e em pequenas propriedades rurais, refletindo a realidade nacional. No ano de 2012, a área plantada na microrregião era de 2.931 hectares. A Microrregião é destaque no Estado de Santa Catarina pelos seus altos índices de produtividade, ocupando a segunda posição no estado, com 2.316 kg/ha em 2013 (EPAGRI/CEPA, 2013).

O estudo empírico foi realizado pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar, da Universidade Federal de Santa Catarina, e foi cedido para se proceder à análise aqui apresentada (LACAF, 2015). Para a análise a seguir foram comparados dados de três UPs de base familiar que conduzem o cultivo do tabaco de modo convencional, com outras três que trabalham em sistema de produção orgânica de olerícolas. Foram consideradas orgânicas as propriedades reconhecidas com a certificação de produto orgânico (BRASIL, 2011). Os critérios para seleção das UPs se basearam em indicadores como localização, tamanho de propriedade e mão de obra disponível, buscando uma amostra de UPs semelhantes relativamente a esses critérios. No trabalho de campo, foi realizada uma caracterização geral de cada UP e das atividades produtivas; um inventário inicial e final de cada UP, e um fluxo de caixa de todas as entradas e saídas financeiras, ali incluídos gastos com saúde e alimentação; além da realização de uma entrevista com cada família (LACAF, 2015). O trabalho seguiu as determinações éticas da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados e discussões do estudo de caso

O estudo identificou que todos os agricultores possuem a posse das UPs e que sempre foram agricultores, apesar de alguns terem trabalhado fora da propriedade durante algum tempo. No caso dos fumicultores, todos trabalham com a atividade desde criança, indicando que a mesma tem uma dimensão de herança cultural. Os demais, em sua maioria, sempre tiveram produção de olerícolas em suas propriedades, mas as desenvolvem comercialmente há menos tempo. Os olericultores anteriormente produziram tabaco em suas propriedades.

Quando questionados sobre as motivações para deixar o tabaco, os agricultores fazem menção a problemas de saúde causados pelo fumo, à sua forte exigência de mão de obra, assim como à necessidade de desenvolverem outras atividades para garantir renda mais estável à família. Quanto à saúde e exigência de mão de obra, eles as indicam como os dois fatores mais determinantes para deixar de plantar o fumo. Quanto à renda, eles alegam que o fumo tem altas e baixas de

preço no mercado, e que não podem deixar a renda e qualidade de vida da família depender disto. Os agricultores que se mantiveram na fumicultura apontaram a renda como o fator que os estimula a permanecer na atividade. Na tabela 01, apresentamos um comparativo das rendas das UPs, destacando sua renda líquida por hectare no ano agrícola estudado (2013/14).

Tabela 1: Comparação entre as rendas por hectare por ano (R\$)

Produtores		Renda Bruta da UP	Renda líquida/ha/ano
Olericultores Orgânicos	01	5.304,00	4.565,00
	02	125.635,00	57.381,00
	03	26.142,00	48.675,00
Fumicultores	01	39.298,00	8.681,00
	02	180.180,00	20.446,00
	03	86.000,00	17.077,00

Fonte: LACAF, 2015.

Destacamos que as rendas da tabela 01 estão restritas às atividades da olericultura e do tabaco, e não representam a diversidade de rendas presentes na maioria das propriedades estudadas. Foram identificados outros componentes da renda das famílias, seja por meio de formas de pluriatividade de seus membros, a venda de produtos como leite e derivados ou, ainda, a renda proveniente da aposentadoria de algum membro familiar. Porém, o trabalho de campo não realizou esses levantamentos.

No caso da olericultura orgânica, uma das UPs demonstra gerar baixa renda, o que se deve ao fato de ela haver iniciado a atividade há pouco tempo. As outras duas UPs demonstram que é possível atingir rendas líquidas por hectare bastante favoráveis. Merece destaque que estes olericultores estão integrados a uma rede organizacional – a Rede Ecovida de Agroecologia – que promove certificação participativa e dá suporte organizacional para viabilizar o acesso a canais de mercado e a políticas públicas.¹⁰ A olericultura orgânica poderia representar uma importante atividade no avanço à diversificação das áreas de produção do tabaco. Para tanto, necessitaria de suportes institucionais e apoio à transição agroecológica, na forma de crédito, assistência técnica, etc. Estudos que aprofundassem a compreensão dos casos de sucesso e ações que auxiliassem a disseminação de boas práticas dariam grande

¹⁰ Maiores informações sobre essa rede podem ser obtidas em <http://www.ecovida.org.br/>; Rover (2011) e Rover; Lampa (2013).

contribuição para a diversificação e/ou substituição das áreas de produção de tabaco.

Uma informação relacionada a isto, e que impacta diretamente na limitação de mão de obra manifestada pelos agricultores, é representada pelos gastos com maquinário (tabela 02). Observa-se que tais dispêndios são elevados, especialmente entre os olericultores que possuem maior renda líquida por hectare.

Tabela 2: Comparativo de gastos anuais com máquinas e combustível (R\$).

Produtores		Gastos com máquinas e combustível/ ano	Área da atividade (ha)	Gasto com máquinas/ha
Olericultores Orgânicos	01	2.472,00	1	2.472,00
	02	20.184,00	2	10.092,00
	03	3.740,00	0,5	7.480,00
Fumicultores	01	2.754,00	2,4	1.147,00
	02	12.000,00	7	1.714,00
	03	1200,00	4	300,00

Fonte: LACAF, 2015.

Observamos na tabela 02 que até os fumicultores com maiores rendas líquidas possuem gastos com maquinários bastante inferiores aos olericultores com rendas líquidas superiores. Isso ocorre porque há diversas atividades da fumicultura que não são substituíveis por maquinários, enquanto na olericultura isto é possível. Como a disponibilidade de mão de obra é apontada como determinante para deixar de produzir fumo, esse é um elemento a considerar-se observando os dados.

Entretanto, é importante destacar que se os fumicultores têm um custo menor com maquinários, há outros custos que estão muito presentes nessa atividade (tabela 03), os quais não são apontados como custos pelos olericultores. Para os olericultores orgânicos, mão de obra, sementes e demais insumos para a produção são, na maioria das vezes, da própria família ou UP, ou são trocados com agricultores vizinhos ou da Rede Ecovida.

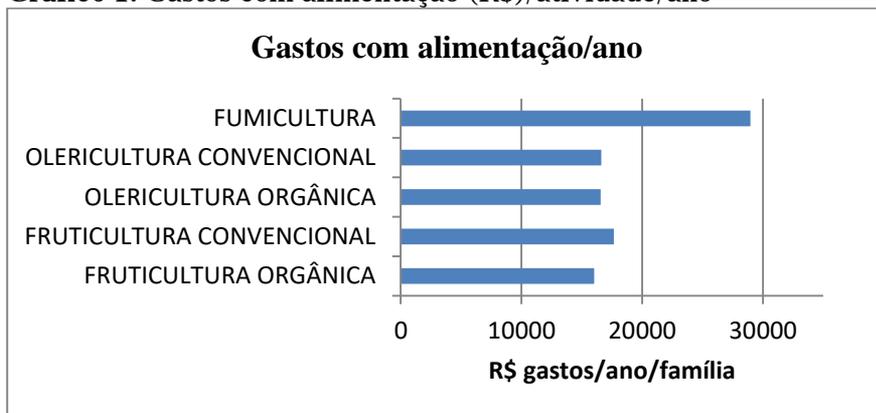
Tabela 3: Detalhamento dos custos de produção dos fumicultores (R\$)

Produtores	Energia Elétrica	Mão de obra	Mudas, Sementes, Agrotóxicos
Fumicultor 1	917,00	6.720,00	10.826,00
Fumicultor 2	7.052,00	troca	30.000,00
Fumicultor 3	8.400,00	troca	9.290,00

Fonte: LACAF, 2015.

A tabela 03 evidencia que o custo com energia elétrica e com insumos para a fumicultura é bastante elevado. Quanto à mão de obra, mesmo entre os fumicultores observa-se a realização de trocas de dias de trabalho, para aliviar sua carga sobre a família ou o custo adicional de contratação de mão de obra externa à UP. Ou seja, mesmo dentro dessa atividade altamente mercantilizada, há práticas paraeconômicas relevantes, promovendo trocas por reciprocidade. Nas entrevistas realizadas, todos os agricultores, fumicultores e olericultores citaram diversas ocasiões em que ocorrem trocas de dias de trabalho, produtos, insumos ou conhecimentos. Esses são importantes elementos a considerar numa transição produtiva visando sua maior autonomia em relação às atividades tratadas como estritamente mercantis.

Destacamos que os dados até aqui apresentados consideram apenas os custos de produção de cada atividade, não sendo contabilizados os custos com a saúde e com a alimentação das famílias. Quanto à saúde, são de conhecimento público os danos causados a ela pelo tabaco, seja aos produtores ou aos consumidores (WHO, 2013; BRASIL, 2012; BOEIRA, 2002; BOEIRA; GUIVANT, 2003). Quanto à alimentação, informações do fluxo de caixa das UPs estudadas revelam que os gastos anuais das famílias fumicultoras são muito maiores que as demais (gráfico 01), o que revela que entre os não fumicultores há maior diversificação de atividades voltadas para o autoabastecimento alimentar.

Gráfico 1: Gastos com alimentação (R\$)/atividade/ano

Fonte: LACAF, 2015.

Consideramos uma necessidade realizar maiores estudos para relacionar a renda líquida/ha das UPs com os custos de alimentação e saúde das famílias, sejam elas fomicultoras ou não. No caso do autoabastecimento alimentar e da renda não monetária obtida pela redução de despesas de alimentação, fica evidenciado no gráfico 01 que os olericultores orgânicos e demais grupos¹¹ estudados pelo LACAF (2015) encontram-se em melhor situação, comparativamente aos fomicultores. Num estudo que considerasse, adicionalmente, os dispêndios com a saúde, afirmaríamos por hipótese que os produtores orgânicos tenderiam a obter resultados promissores, em função de sua não utilização de agrotóxicos.

Outro aspecto importante a ser considerado é que, entre os fomicultores, o fumo é a atividade principal desenvolvida na propriedade e a principal fonte de renda, gerando certa dependência e uma única entrada financeira após sua colheita. Apenas uma família de fomicultores, composta por maior número de integrantes, mantém fontes diversificadas de renda ao longo do ano. Dada a forte exigência de mão de obra no período de safra do fumo, não é estranho que apenas esta família tenha um grau maior de diversificação. Isto já não ocorre no caso da olericultura, que oportuniza grande diversidade produtiva e variadas entradas financeiras ao longo do ano.

Recolocamos que o estudo realizado pelo LACAF (2015) não contabilizou a receita total anual das famílias investigadas,

¹¹ Como o estudo completo do Lacaf (2015) contemplava outras atividades além das que selecionamos para este artigo, pensamos que seria esclarecedor manter para todas essa comparação quanto aos custos com alimentação.

considerando apenas a receita da fumicultura e da olericultura. Verificamos nesse estudo uma correlação entre as famílias com maior diversificação de atividades e um paralelo resultado financeiro menor para o fumo ou a olericultura. Compreendemos que UPs mais diversificadas organizam e dedicam mais fatores de produção a essa diversidade, podendo gerar menos resultados a uma atividade específica. Nesse sentido, sugerimos a continuidade das investigações realizadas neste trabalho, por meio do aprofundamento de análises comparativas, com inclusão de informações que estimem as rendas diversificadas, já que tais rendas representam um importante diferencial entre fumicultores ou não.

Porém, a diversidade não precisa ser analisada apenas do ponto de vista da produção. Quando fazemos um paralelo entre o destino comercial das diferentes UPs (quadro 4), verificamos a elevada dependência dos fumicultores de um único comprador.

Quadro 4: Comparativo entre origem dos insumos e pontos de venda da produção

Produtores		Origem dos Insumos	Destino da Venda
Olericultura Orgânica	01	Na propriedade	BOX 721 de Orgânicos nas CEASA
		Mudas em Aguti – Nova Trento	Cooperativa de Nova Trento - Coopertrento
	02	Produzem 50% sementes.	Feira
		Mudas em Aguti – Nova Trento	BOX 721 de Orgânicos nas CEASA
		Composto na propriedade.	Para feirantes PNAE* PAA*
	03	Agropecuárias de Nova Trento	BOX 721 de Orgânicos nas CEASA
	Fumicultura	01	Fumageira
02		Fumageira	Souza Cruz
03		Fumageira	Souza Cruz e Continental

Fonte: LACAF (2015).

* Programas de compras governamentais de alimentos para a merenda escolar e para organizações/entidades sociais. PNAE = Programa Nacional de Alimentação Escolar; PAA = Programa de Aquisição de Alimentos.

O quadro 4 evidencia o destino restrito da produção dos fumicultores, enquanto os olericultores, em geral, têm maior diversificação na comercialização. Para estes a venda se dá principalmente para cooperativas de agricultores (Coopertrento), direto ao consumidor final (feira), para o Box de Produtos Orgânicos (na Central de Abastecimento - CEASA São José/SC) e por meio das vendas institucionais via PNAE e PAA. Disso se vê que, além da diversidade produtiva, há uma importante diversidade comercial, o que proporciona maior autonomia na negociação de preços e de condições pelos agricultores. De outro lado, isso não lhes dá a garantia de venda de seus produtos, estando mais suscetíveis às variações dos mercados. Por sua vez, o tabaco também tem altas e baixas de preço. Entretanto, como os olericultores orgânicos têm produtos variados, isto possibilita-lhes reduzir os riscos de mercado em contextos de preços desfavoráveis de um ou outro produto em particular. Quanto aos agricultores que comercializam junto ao Box 721, merece destaque que se refere a um espaço comercial criado pelos próprios agricultores e suas organizações, no escopo da Rede Ecovida de Agroecologia, para escoar sua produção orgânica.

No quadro 5, apresentamos um resumo das principais funções desempenhadas pelas UPs pesquisadas, agrupadas de acordo com os quatro componentes da multifuncionalidade agrícola. Nosso objetivo é evidenciar aspectos multifuncionais presentes entre os agricultores orgânicos, o que os vincula à modalidade de gestão socioambiental/territorial, condizente com a diversificação instrumental/substantiva.

Quadro 5: Caracterização das UPs pesquisadas conforme os quatro componentes da multifuncionalidade agrícola

Funções básicas das UPs agrícolas	Fumicultores	Produtores orgânicos
1 - Reprodução socioeconômica das famílias	Renda elevada por área produzida, apesar da instabilidade nos preços e da concentração do risco (único fornecedor); problemas relacionados à saúde; elevados custos dos insumos e dependência de mão de obra intensiva.	Renda elevada por área produzida; produção articulada a uma rede organizacional (Rede Ecovida de Agroecologia); preço premium dos produtos orgânicos.
2 - Segurança alimentar	Único destino comercial; presença reduzida de produção para o autoabastecimento alimentar; maiores limites à mecanização.	Presença de produção para o autoabastecimento alimentar; comercialização diversificada; alto potencial de mecanização.
3 - Manutenção do tecido social e cultural	Presença reduzida de atividades solidárias e de reciprocidade para além das trocas de dias de trabalho.	Presença de atividades solidárias e de reciprocidade (trocas de dias de trabalho, de sementes, mudas e conhecimentos; formas cooperativas de certificação e venda).
4 - Preservação dos recursos naturais e da paisagem	Presença de agrotóxicos na produção.	Uso sustentável dos recursos naturais.

Fonte: Os autores, a partir de Lacaf (2015).

Conclusões

Como uma atividade inserida em um sistema internacional de produção, o tabaco responde muito bem aos interesses das indústrias, mas pouco as dos agricultores, consumidores e ambiente natural. As propostas de diversificação postas em campo visando reduzir sua oferta são carregadas de elementos que reforçam a indústria do setor. Apenas uma diversificação com perfil instrumental/substantivo, que incorpore a noção de multifuncionalidade agrícola e trabalhe com uma abordagem de gestão socioambiental/territorial poderá produzir transformações estruturais nas regiões com presença marcante da fumicultura.

Conforme os dados da pesquisa permitiram evidenciar, uma diversificação com esse perfil é mais eficaz nos locais onde há organização dos agricultores para trocas de conhecimento, de produtos, de mão de obra, e para gerar ganhos de escala para a comercialização. O principal motivo alegado pelos fumicultores para permanecer na atividade é a garantia de renda e de comercialização. Assim, estratégias que articulem organização social dos agricultores e construção de alternativas de mercado podem lhes dar mais segurança em avançar com a diversificação. Por outro lado, são questões ligadas à saúde e exigência de mão de obra os fatores que mais estimularam aqueles que deixaram de produzir fumo. Assim, esses são outros dois elementos centrais que devem ser tomados em conta para priorizar o apoio a novas atividades e estratégias de diversificação. Nesse sentido, torna-se crucial valorizar práticas paraeconômicas como a troca de dias e produção para o autoabastecimento familiar, assim como a produção orgânica, inclusive como elementos de valorização da agrobiodiversidade.

Uma estratégia de diversificação menos vinculada à manutenção do fumo poderia auxiliar na elaboração de políticas públicas que dessem efetivo suporte a outras atividades, formas de renda e organização dos agricultores. A política nacional para diversificação em áreas cultivadas com tabaco não explora com clareza uma estratégia de substituição do tabaco. As modalidades de diversificação propostas são claramente voltadas a uma racionalidade instrumental ou legal, com pouca atenção a uma racionalidade substantiva, que coloque as pessoas (agricultores, agricultoras e suas famílias) e o ambiente natural em lugar central.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ao Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO) e ao Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC), por permitirem a realização desta pesquisa e disponibilização dos dados para elaboração deste artigo.

Referências

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça**. Tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajaí: Ed. UNIVALI, 2002.

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia** (Embrapa), Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, 2003.

BONATO, A. A. **Desafios e potencialidades para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco**. Estudo a partir dos diagnósticos realizados nas Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de ATER para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco. PNUD/MDA/SAF/DATER, 2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Instrução normativa nº 46, de 6 de outubro de 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco. Rio de Janeiro, 2012.

ENRIQUEZ, E. Estruturas de legitimidade das organizações, modelos de gestão e ações dos sujeitos individuais e coletivos. In: CHANLAT, J.F.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.) **Análise das organizações: perspectivas latinas**. Vol. 2. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 137-151.

EPAGRI/CEPA, Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 2012-2013. Florianópolis, 2013.

FRANÇA FILHO, G. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. **O&S**, n. 52, 175-197, jan/mar. Salvador, 2010.

GREGOLIN, A. **Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. MDA, 2010.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

HUYLEBROECK, G.; VANDERMEULEN, V.; METTEPENNINGEN, E.; VERSPECHT, A. Multifunctionality of Agriculture: A Review of Definitions, Evidence and Instruments. *Living Rev. Landscape Res.*, v.1, n. 3, 2007.

LACAF, Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar. **Alternativas à atividade do fumo no litoral do Estado de Santa Catarina**. Relatório de pesquisa. Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC). Outubro de 2015. Disponível em <http://lacaf.paginas.ufsc.br/publicacoes/>.

MDA. **Plano nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Governo do Brasil, 2014.

PIAZZA, W. F. **A Colonização de Santa Catarina**. BRDE: Florianópolis. 311 p. 1982.

REDIN, E. Estratégias, diversidades e similitudes das famílias agricultoras de tabaco. **Sociedade e Desenvolvimento Rural on line**, v. 7, n. 1, p. 58-72, jan., 2013a. ISSN 1981-1551.

REDIN, E. A dinâmica do tabaco no território Centro Serra – Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, vol. 13, n. 1, p. 21-27, 1º sem., 2013b. ISSN 1519-5228.

REDIN, E. O enredo da diversificação produtiva no rural de Arroio do Tigre/RS. **Revista Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 37-48, set/dez, 2012.

RIBEIRO. M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Orgs.) **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**. O território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009.

ROVER O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, vol.47, n 1, p.56-63, 2011.

ROVER, Oscar J.; LAMPA, Felipe M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Revista Agriculturas**. V. 10, n. 2, jun. 2013.

SCHNEIDER, S.; PERONDI, M.; GREGOLIN, A. **Referências para o desenvolvimento de alternativas economicamente viáveis à produção de tabaco e à diversificação dos meios de vida dos agricultores**. No prelo, 2009. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/o/2924728>.

VARGAS, M. A. (Coord.) **The impact of tobacco farming on local development strategies in Brazil**: empirical evidences of crop substitution and diversification in the Rio Pardo Valley region. Final Progress Report, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

VARGAS, M. A. Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil: uma análise comparativa em áreas de cultivo de tabaco no Vale do Rio Pardo. In: SILVEIRA, L. L, (Org.) **Tabaco, sociedade e território**: relações e contradições no sul do Brasil. Santa Cruz: EDUNISC, 2013. p. 123-156.

WHO, World Health Organization. WHO report on the global tobacco epidemic: Enforcing bans on tobacco advertising, promotion and sponsorship. Luxembourg, 2013. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/85380/1/9789241505871_eng.pdf.